

# PAREM O GENOCÍDIO! SOMOS TODOS PALESTINOS



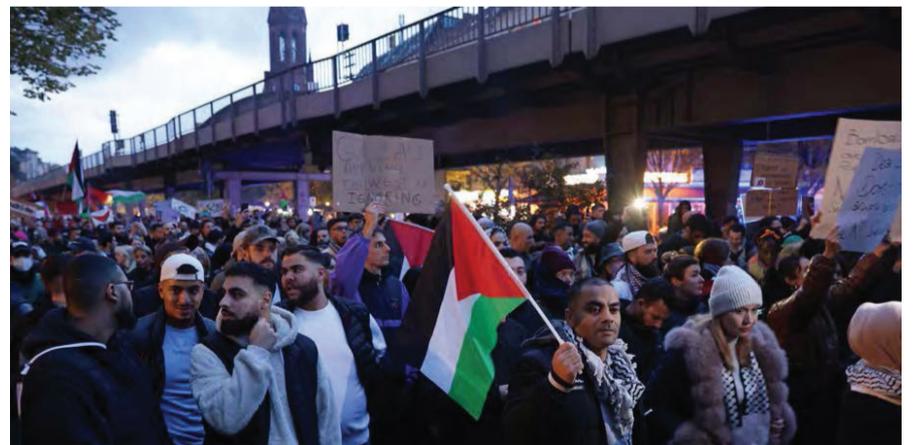
↳ Nova York, EUA. 27 de outubro



↳ Roma, Itália. 40.000 manifestantes, 28 de outubro



↳ Londres, Inglaterra. Mais de 150 mil manifestantes em 28 de outubro



↳ Berlin, Alemanha. 12.000 manifestantes, em 29 de outubro



↳ Ato em São Paulo

**20 DE NOVEMBRO  
CONTRA A  
VIOLÊNCIA POLICIAL**  
pág. 5 e 8

**CONGRESSO DA CUT  
CONVOCA MARCHA A  
BRASÍLIA**  
pág. 7

# "Por que nós? Por que as crianças palestinas?"

Entrevista com Munir Naser,  
da Juventude Sanaud

Nesse momento de mobilização em várias partes do mundo frente ao genocídio em curso na Palestina, conversamos com Munir Naser, membro da Juventude Sanaud. A Sanaud é um agrupamento de jovens descendentes de árabes no Brasil que existe para amplificar a luta do povo palestino por sua libertação. Com presença nas principais cidades do país, ela tem sido importante para o engajamento da juventude na luta contra a guerra e por um futuro digno.

**Quase metade da população na Faixa de Gaza é de jovens (até 18 anos). Em que condições vivem esses jovens, numa região que sofre com a ingerência externa há décadas?**

A taxa de alfabetização é alta, muitos tem curso superior. Mas 50% estão desempregados ou não estudam, por conta do bloqueio promovido por Israel, por ar e terra. Faltam muitos recursos. Até a entrega de água é calculada. Medida de "campo de concentração". Um a cada três jovens já pensaram em suicídio. É uma negação do direito a vida, violência física e psicológica. Crianças desenvolvem transtornos como na fala e na cognição, de forma recorrentes.

**Você enxerga uma relação com as condições de vida dos jovens brasileiros, sobretudo nas periferas das grandes cidades?**

É uma relação direta, não apenas da Faixa de Gaza mas também da

Cisjordânia onde forças militares e colonos israelenses assediam e agredem os jovens. É a mesma violência da Polícia Militar brasileira que ontem mesmo matou um jovem de 24 anos à luz do dia no Capão Redondo em SP. Essa prática é comum nos territórios palestinos ocupados. O Brasil é um dos maiores compradores de tecnologia e treinamento militar israelense. São as mesmas armas. Jovens lá e aqui tem o mesmo inimigo: o imperialismo que mata pelo lucro. Israel lucra com a morte dos jovens brasileiros, na Palestina e em vários lugares do mundo onde há parceira econômica e militar.

**Recentemente, a Sanaud divulgou o vídeo de uma criança palestina cobrando com muita energia: "Por que nós? Por que as crianças palestinas? Queremos liberdade, assim como todas as crianças árabes". Na sua visão, como essa declaração se conecta com os jovens ao redor do globo, que cada vez mais tem sua sobrevivência confrontada pela sanha de guerra do sistema capitalista?**

As crianças palestinas são as mais afetadas pela guerra. O número de crianças mortas nesse conflito atual (cerca de quatro mil) já supera vários outros conflitos existentes no mundo. O grito "queremos ser livres" ecoa em várias partes do mundo. Na verdade as crianças árabes no sul do Líbano, na Síria, no Iraque, no Iêmen, sofrem com a guerra imposta pelo imperialismo, através de Israel, da União Europeia, dos Estados Unidos. De Ucrânia e Rússia aos países



↳ Munir Naser intervém em manifestação

árabes, as potências lucram enquanto os jovens pagam o preço. Infelizmente é o que acontece, hoje nos conectamos nessa luta contra o inimigo, para libertar os povos oprimidos no mundo todo.

**Também foi distribuído o vídeo de um grupo de crianças participando de uma vigília em Gaza pelo fim dos bombardeios. Como se dá o engajamento da juventude palestina nas mobilizações no território?**

Elas estão nas mobilizações, nas vigílias, exigindo fim dos bombardeios. É um engajamento forte na luta pela libertação palestina. Jovens jornalistas fazem cobertura em várias línguas. Correm vários riscos para fortalecer a mobilização e a luta ao redor do mundo. Motaz, Plestia, Bisan e Abod são exemplos, tem entre 17 e 25 anos. Jovens na Cisjordânia também estão enfrentando o sionismo, a exemplo da militante Ahd Tamini, 22 anos, presa por Israel dois dias atrás. É um papel fundamental na manutenção da esperança e no

fracasso da limpeza étnica. A juventude palestina é uma massa, com espírito de luta e resistência, em condições extremamente difíceis.

**Para além de cessar o fogo imediatamente, que solução é necessária para por um fim ao genocídio dos jovens palestinos?**

Para por fim ao genocídio dos palestinos é preciso romper as relações com Israel em escala global, isso inclui Lula e o Brasil. Esse Estado Sionista precisa acabar. O caminho é a construção de um Estado Palestino, livre, laico e soberano, com suas fronteiras reestabelecidas, com uma Constituinte que atenda os dois povos (judeus e árabes), que garanta o direito ao retorno dos refugiados e desocupe as terras invadidas. Muitos palestinos foram expulsos e até hoje guardam a chave de suas casas com esperança de retorno. Israel tenta expulsar a população de Gaza, mas eles não saem. Essa resistência não é do Hamas, é do próprio povo palestino.

## Lula envia proposta para mudar Novo Ensino Médio

Projeto de Lei será debatido no Congresso Nacional

No dia 24 de outubro, Lula, em ato com a presença da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.230/2023 que altera o Novo Ensino Médio. O PL é um avanço na luta pela revogação do Novo Ensino Médio, em especial, porque ele propõe revogar um de seus aspectos centrais que é a redução para 1.800 horas do currículo básico e a eliminação da obrigatoriedade das disciplinas tradicionais. De acordo com a proposta apresentada ficariam restituídas as 13 disciplinas tradicionais (mais Espanhol) como matérias obrigatórias no currículo básico e seriam restabelecidas as 2.400 horas de aula para essas disciplinas.

Além disso, o PL proíbe a aplicação da Educação a Distância (EaD) e a contratação por "notório saber" para aulas no currículo básico. Ele mantém a parte flexível do currículo, os odiados "itinerários", mas com modificações. Primeiro, essa parte é reduzida de 1.200 para 600 horas e agora serão chamados de "percursos de aprofundamento". Segundo, o PL indica que deve haver uma regulamentação nacional sobre o seu conteúdo, em vez do atual vale-tudo.

Os avanços do projeto, frente à catástrofe que é o NEM, justificam a posição da CNTE e da UBES de saudar a medida e apoiar sua aprovação no Congresso Nacional. O que não está garantido, em uma Câmara dos Deputados dominada pelo reacionário Arthur Lira e seu

séquito.

É bom lembrar que nem todas as questões são resolvidas no PL. A CNTE ressalta que os dispositivos sobre a Educação Técnica são insuficientes, pois nessa modalidade a carga horária do currículo básico seria de apenas 2.100 horas (em vez de 2.400). Ou seja, aí ainda prevalece uma redução, embora menor, da carga horária do currículo básico. Além disso, permite a aplicação de até 20% das aulas EaD nessa modalidade. Por essa razão a CNTE e a UBES defendem que o PL seja "melhorado" no Congresso.

Outro ponto questionável é a autorização de "cooperação técnica" entre as Secretarias de Ensino Estaduais e "instituições de educação profissional" para fornecer aulas dos "percursos de

aprofundamento". O que permitiria a continuidade da prática hoje implementada em alguns estados de "terceirizar" a parte flexível dos currículos para instituições privadas de ensino.

Em geral, o PL 5.230/2023 de Lula é uma vitória para os milhares de estudantes que saíram às ruas desde abril deste ano pedindo ao presidente a revogação do NEM. Agora, é preciso ir até o fim nessa luta. Lula enviou o PL para tramitação em regime de urgência, o que estabelece o prazo de até 11 de dezembro para sua apreciação no Congresso Nacional. Agora, é preciso ir para cima dos parlamentares para garantir sua aprovação e ficar atento para que os pontos positivos não sejam desvirtuados.

Cristiano Junta

# Transformar a indignação em ação

“Lula está irritado com Israel” dizia uma manchete do UOL, nesta quarta-feira, 8 de novembro, fazendo referência ao fato de que Israel nega a possibilidade de repatriação de cidadãos brasileiros e mantém a ocupação e o bloqueio em Gaza.

Irritado é o que toda pessoa com um mínimo de dignidade humana deve estar, depois de 30 dias incessantes de bombardeios que já vitimaram milhares de palestinos, muitas crianças.

Está em curso um genocídio, aos olhos de todos os seres humanos do planeta.

A irritação, a raiva, a indignação diante do que está acontecendo, precisam ser transformadas em ação. Devem embalar as manifestações de solidariedade ao povo palestino, mundo afora, que vem tomando um caráter de massa e se chocam também contra os seus governos, que insistem em manter relações com o estado sionista e a sustentar a política do imperialismo.

O governo Lula deve ser cobrado para agir, não só falar. As embaixadas e consulados de Israel e dos EUA devem ser pressionados, expostos, denunciados. Parem o genocídio!

Se organizar e lutar é o único modo de impedir o futuro sombrio que o sistema capitalista reserva para a humanidade e que atinge, a cada dia, milhões de pessoas mais. Um futuro de fome, de mortes, de racismo, de privatizações, de desastres humanos e ambientais, de destruição.

No Brasil, convém lembrar que só em 2022 registrou-se quase 50 mil mortes violentas

intencionais. Um número de guerra, repetido ano após ano, que vitima principalmente negros (mais de 75%). A violência policial crônica que se espalha por todos os estados do país atinge principalmente negros. São os negros quem mais passam fome, o maior contingente de desempregados. Os trabalhadores negros ganham cerca de 40% menos do que brancos por hora trabalhada, segundo levantamento da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

## PAREM O GENOCÍDIO

(Pnad Contínua), divulgada em agosto desse ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como transformar essa realidade? Mais uma vez pela organização e pela luta, que devem passar pelas manifestações do dia 20 de novembro, organizadas pelo movimento negro, dirigindo ao governo Lula exigências concretas: o veto ao PL 3045/2022, que aumenta o poder das PMs,

a desmilitarização das policiais, a titulação das terras quilombolas. Chega de massacre!

Ao apostarmos na luta, especialmente na luta para exigir que o governo eleito pelos trabalhadores cumpra suas promessas de campanha e aja de acordo com os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos, não faltarão aqueles que exigirão “realismo” diante das dificuldades para tomar o caminho da ruptura com os interesses do imperialismo. Lira e o congresso reacionário, STF e militares no Brasil são dificuldades, e mais ainda é o poderio econômico e militar das potências imperialistas lá fora. São dificuldades reais, mas é justamente a “realidade” imposta por esses senhores que é inaceitável.

É preciso se apoiar no povo, trabalhar para ampliar a mobilização popular e cobrar. É o que estão fazendo os metalúrgicos da GM quando, em greve, se dirigem à Lula para interceder nas demissões, e enfrentar os interesses da multinacional. É o que deveriam fazer, numa escala muito maior, as grandes organizações dos trabalhadores, como o PT e a CUT.

De nossa parte, com os militantes do Diálogo e Ação Petista, nos próximos dias, semanas e meses, vamos trabalhar pela mais ampla solidariedade internacional com o povo palestino, pelos direitos da população negra no Brasil no dia 20 e depois e para tirar do papel a Marcha à Brasília em defesa dos direitos aprovada pela CUT em seu último congresso e prevista para o primeiro semestre de 2024.

## OS NOSSOS - CLÁUDIO SOARES (1958-2023)

Cláudio Luis de Oliveira Soares era o mais velho de dez filhos, nascido e criado na Vila Formosa, bairro operário da zona leste de São Paulo. Em 1979, com 21 anos, ingressou na OSI (Organização Socialista Internacionalista), antecessora da corrente O Trabalho, seção brasileira da 4ª Internacional. Desde então, nunca mais parou a sua militância.

Seu pai e sua mãe vieram de Taquara, no sertão de Alagoas, e se casaram em São Paulo. Cláudio começou a trabalhar cedo, e em 1978 entrou na USP, na Escola de Comunicações e Artes, para estudar jornalismo no curso noturno. Integrado à vida universitária, aproximou-se da tendência estudantil Liberdade e Luta – vanguarda na batalha pela derrubada da ditadura militar, e que, contra Arena e MDB, defendia nas eleições de 1978 o Voto Nulo (pela construção de um partido da classe trabalhadora).

Como militante da OSI, integrou o PT desde 1980, com atuação no bairro de Pinheiros, na intensa campanha de legalização partidária. Naquele período, ainda havia regiões fabris em Pinheiros e adjacências, e os militantes do PT iam de casa em casa batendo na porta, abrindo conversas e propondo a filiação ao novo partido. Cláudio se destacava pela energia e capacidade de organização, e, naqueles primeiros anos, foi um dos presidentes do Diretório de Pinheiros.

Iniciou o trabalho como jornalista na

revisão do jornal “O Estado de S. Paulo”, tendo aderido ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo em 1985. No mandato de Luiza Erundina (PT) à frente da Prefeitura de São Paulo, iniciado em 1989, desempenhou a função de assessor de imprensa da Prodam (empresa municipal de processamento de dados). Nos anos 1990, ingressou na Imprensa Oficial do Estado, onde tornou-se liderança sindical, numa batalha incessante em defesa do trabalho jornalístico no “Diário Oficial”, contra os governos tucanos e, agora, Tarcísio. Trata-se de preservar um serviço público essencial para garantir o acesso da população às medidas de governo e à legislação – ferramenta de transparência, direito à informação e democracia. Era atualmente o secretário de Finanças e Administração do Sindicato.

Integrava a redação do jornal “O Trabalho” havia mais de 20 anos, colaborando em todos os números com matérias e com a revisão. Sua larga experiência fazia dele um colaborador precioso, e sua generosidade e companheirismo se expressava na disposição de compartilhar amplamente os seus conhecimentos.

Nos anos 1990, passou um ano de estudo na França, e tornou-se o principal tradutor da revista “A Verdade” em português, órgão teórico da 4ª Internacional. Destacou-se também na edição e revisão de livros da editora Nova Palavra, como “Ciência e Revolução Social” (2022), “A Luta contra a Opressão da

Mulher” (2020) e “O Programa da Revolução” (2009).

Incansável, e com enorme senso de responsabilidade, na antevéspera de sua internação, concluiu a edição e revisão do livro “China”, relatando os testemunhos e opiniões políticas do dirigente da 4ª Internacional Markus Sokol relativas à sua recente viagem à China.

Aos 65 anos, Cláudio morreu em São Paulo, em 27 de outubro, por complicações decorrentes de um enfarte do miocárdio. A corrente O Trabalho e a redação do jornal saúdam a memória do camarada Cláudio Soares, e se solidarizam com sua mãe, Joselita, sua companheira, Simone, sua filha, Marina, seus enteados, irmãos, sobrinhos, demais familiares, amigos e camaradas.

Seu exemplo de abnegação, firmeza, paciência e generosidade militantes permanece e dá frutos.

Cláudio Soares, presente!



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

# PT de Salvador reafirma candidatura própria

## É hora de mudança na capital baiana



↳ Diálogo e Ação Petista durante plenária do PT na Assembleia Legislativa

O auditório da Assembleia Legislativa da Bahia ficou lotado na plenária do PT de Salvador no dia 28 de outubro. Dirigentes, sindicalistas, parlamentares, movimentos e, sobretudo, a militância, marcou presença e reafirmou o Deputado Estadual Robinson Almeida como candidato do partido para a prefeitura 2024.

A plenária foi resultado de três meses de mobilização que se seguiram ao lançamento da candidatura no Diretório Municipal no dia 6 de julho. A militância sustentou a decisão e participou das diversas plenárias nas 20

zonais.

Nesse período enfrentou fake news e tentativas de retirar uma candidatura verdadeira, seja filiando o empresário José Trindade ou tentando impor o vice-governador Geraldo Júnior (MDB). Porém, essa intenção enfrenta ainda mais dificuldades agora, após a plenária. Inclusive, muitos lembraram o desastre das duas últimas eleições municipais, quando o ex-governador e atual Ministro, Rui Costa, impôs seus candidatos, o que enfraqueceu a base e deu em derrotas, que também impactaram em 2022

quando Jerônimo perdeu em Salvador, enquanto Lula obteve mais de 70% dos votos.

Agora é o momento de construir um programa de interesse do povo trabalhador e da população negra, com alianças compatíveis com este programa, para derrotar o atual prefeito Bruno Reis (União Brasil), comparsa de ACM Neto

O jogo está sendo jogado. O grito da militância “vai dar PT” pesa, o próprio Senador Jaques Wagner disse pela primeira vez que “Robinson é o meu candidato”, frente aos demais como o vice-governador (acima), a Deputada do PCdoB Olívia Santana e outros. Junto a essa força, o Diálogo e Ação Petista esteve presente com reivindicações como creches públicas, Instituto Federal de Ensino, entre outras. A Professora Marize Carvalho, Secretária de Articulação das Zonais da Executiva, disse “a plenária transpira vitalidade. É hora de mudar Salvador com tarifa zero, IPTU progressivo, fim da violência policial e mais serviços públicos. Não abrimos mão, é PT na cabeça”.

Paulo Riela



### HOMENAGEM À CAMARADA EDENICE

Um dos pontos altos foi a justa homenagem à Edenice Santana. Militante desde os anos 80, a Quilombola sempre foi incansável na luta dos trabalhadores e do povo negro e defensora da independência de classe. “Como mulher preta, tenho muito orgulho deste partido tomar a rédea com nosso candidato à prefeitura desta Roma negra”, disse ela que é do Diretório de Salvador representando o Diálogo e Ação Petista. Edenice é da Coordenação Nacional de Entidades Negras e militante da Corrente O Trabalho, seção brasileira da IV Internacional. Vida longa e um axé pra Negona!

## Outra vez, o Entendimento com o PC da China

### É preciso abrir o debate no PT

Em setembro foi assinado um Acordo de Entendimento sobre o Intercâmbio e a Cooperação entre o Partido Comunista da China e o Partido dos Trabalhadores do Brasil. Ele substituiu o Protocolo de Cooperação PCCh-PT de 2004.

#### O que muda?

O Protocolo propunha “um intercâmbio amistoso entre as organizações de massa e as comunidades sociais dos dois países, como sindicatos, organizações de jovens, mulheres, etc.”.

Já este Entendimento fala de “contatos amistosos entre as organizações de massa alinhadas aos dois partidos, tais como sindicais, juvenis e das mulheres etc.”.

A cirúrgica qualificação de “alinhadas aos dois partidos” para as organizações sindicais, juvenis e das mulheres, não é acidental. É a norma no regime chinês de partido único, mas não tem relação com a tradição e a letra do programa e das plataformas eleitorais do PT.

Outra novidade é que o Protocolo de

2004 falava de “trocar experiências na administração”, mas o Entendimento propõe desenvolver “âmbitos da construção do partido e da governança socioeconômicas etc. com vista à capacitação dos próprios dois partidos”.

Ora, o PT não tem muito que aprender da “construção” de um partido único – sem democracia interna, tendências ou controle da base –, nem tem que ter a pretensão de ensinar as suas concepções ao PC da China.

#### Trajetória e futuro

Desde a sua fundação, o PT defende a autonomia das organizações populares e dos sindicatos em relação ao Estado e partidos. O PT rejeitou as teorias stalinistas que suprimem essa autonomia por meios políticos, estatais e policiais, ou combinação entre eles.

#### Por que essa regressão no PT?

O balanço dos 13 anos de governo do PT não foi de excesso de autonomia ou falta de “alinhamento”. Ao contrário, foi de, no mínimo, falta de protagonismo

das organizações cujas direções se acomodaram ao governo. Não precisaria ser diferente no Lula 3?

A busca de cooperar na “governança socioeconômica” é tão ruim, quanto. No 1º ponto de seu Estatuto, o PT “se propõe a lutar por democracia, pluralidade, (...) transformações destinadas a eliminar a exploração, a opressão (...)

com o objetivo de construir o socialismo democrático” (íntegra do Entendimento e do Estatuto em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)).

Na última reunião do Diretório Nacional, em outubro, foi acolhido pela presidente nosso pedido de abrir a discussão a respeito do Entendimento. É um debate de atualidade e de futuro.

Markus Sokol



Markus Sokol lança no dia 13, às 18:30h, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (rua General Jardim, 522) o livro *Viagem à China – Relato Comentado*, pela Nova Palavra Editora. No livro, Sokol trata de aspectos de sua experiência na delegação do PT em visita à China, à convite do Partido Comunista Chinês, ao longo de 10 dias, em junho deste ano. Retoma o processo chinês de uma ótica marxista, reflete se a China é socialista, se o povo participa do planejamento, quais as condições de trabalho e se o Brics é mesmo anti-imperialista, entre outras questões culturais, ambientais e políticas. R\$ 25,00, Nova Palavra. Peça seu exemplar ao difusor de OT ou compre na redação, Praça da República, 468, sala 71, São Paulo-SP.

## Petistas lançam manifesto por candidatura própria no Rio de Janeiro

Em Militantes do Diálogo e Ação Petista lançaram um manifesto intitulado: “Por uma candidatura própria do PT. Não à aliança com Eduardo Paes”. O manifesto traz a necessidade do PT-RJ de ousar, construindo uma verdadeira saída para a situação do povo carioca na

cidade. Essa saída passa por uma candidatura própria do Partido dos Trabalhadores e o não apoio à candidatura de Eduardo Paes.

Apoiar Eduardo Paes é estar ao lado daqueles que oprimem a população carioca todos os dias, dos que usam de violência

contra camelôs e ambulantes na cidade do Rio de Janeiro. É apoiar um governo reconhecido pela sua política de remoções de famílias para atender à especulação imobiliária, que é o inimigo número um dos servidores públicos do Rio de Janeiro. O PT não pode se esconder de uma

disputa importante como essa, pelo contrário, o momento exige altivez, ousadia e militância na rua para construir uma verdadeira saída para o povo carioca da situação atual na qual vive.

Esse é o PT que construímos. O PT que organiza seus militantes e vai à luta! O amplo apoio

ao manifesto demonstra que há diversos companheiros e companheiras que concordam que a saída para o Rio é o PT ter candidatura própria à prefeitura da cidade. O combate continua, e os militantes do Diálogo e Ação Petista continuarão nele.

Jeffei

## 20 DE NOVEMBRO: "A LUTA ESTÁ VIVA!"

**E**ntrevistamos Viridiano Custódio de Brito, militante histórico do Movimento Negro Unificado no DF e membro do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP). Filiado ao PT desde o início da década de 1980, participou das mobilizações que ajudaram a inscrever o racismo como crime inafiançável e imprescritível no artigo 5º da Constituição de 88. Na década de 1990, ajudou a organizar as diversas marchas pela adoção da política de cotas nas universidades. Entre 2012 e 2014, no governo Agnelo (PT-DF), foi Secretário da Promoção da Igualdade Racial e, posteriormente, foi eleito Secretário de Combate ao Racismo do PT-DF.

### Qual o significado do 20 de novembro para o movimento negro?

A história é contada pelos vencedores. Quando se falava do fim da escravidão a personagem principal era a Princesa Isabel, mas não é verdade. Desde o primeiro negro desembarcado à força no Brasil a resistência em não se submeter foi muito grande e nunca parou. As revoltas foram permanentes, mas sempre esmagadas porque tanto o tráfico negreiro quanto a mão de obra escrava eram a base da riqueza da economia colonial e continuou depois da independência, em 1922. O movimento negro sempre reivindicou uma data para lembrar a resistência contra a escravidão e combater o racismo porque o 13 de



maio de 1988, Lei Áurea, não representa a luta dos negros. Foi um ato do capitalismo para abolir um sistema que já estava esgotado e o Brasil foi o último das américas a emancipar os escravos.

O 20 de novembro, dia da covarde execução de Zumbi dos Palmares, é muito importante. É data para comemorar e denunciar os males que a escravidão causou ao Brasil e cujas sequelas permanecem até hoje. Os negros emancipados foram expulsos das fazendas, ficaram sem terra para trabalhar enquanto o governo promovia a imigração para o Brasil de europeus em situação de miséria aos quais era dado trabalho, e muitas

vezes terras, excluindo os ex-escravos da posse da terra e do mercado de trabalho livre que se constituía.

### Quais as especificidades deste 20 de novembro de 2023?

Vamos denunciar, reivindicar e afirmar que a luta está viva. São várias barreiras que precisamos romper. Educação: a política de cotas é um avanço, mas não suficiente. Ainda é preciso ampliar a presença do negro. Saúde: a população negra é a mais pobre, a que mais depende do serviço público de saúde que precisa ser muito ampliado para atender a todos. Trabalho: os negros ocupam os cargos mais baixos e de menor remuneração, inclusive no serviço público em virtude da escolarização mais baixa. Segurança: hoje no Brasil 70,6% das mortes violentas, especialmente pela polícia, são de negros e jovens. É uma juventude que deveria estar entrando na cadeia produtiva. Precisamos pressionar o estado a elaborar políticas públicas que impeçam esse extermínio. Daí uma pauta muito importante que é a desmilitarização da PM.

### Os movimentos estão se unindo para enfrentar essa violência?

Sim, o processo de construção da unidade vem de algum tempo. Desde os protestos pelo assassinato da Marielle, em 2018, depois pelo assassinato do George Floyd nos Estados Unidos, em 2020. Um momento importante foi o

ato unitário de 24 de agosto deste ano contra a violência policial. Agora há uma movimentação no sentido de fazer do dia 20 um dia de luta contra o genocídio, pela desmilitarização da PM, para exigir melhor colocação dos negros no mercado de trabalho, em particular no serviço público, e políticas públicas para essa população que ainda hoje é marginalizada.

### Para o 20 de novembro o DAP tem alguma iniciativa em relação ao Haiti?

O Haiti foi o primeiro país a fazer uma revolução negra que expulsou os franceses em 1803 mas desde então o imperialismo tem intervindo no país que está hoje mergulhado no caos. Nós do DAP temos feito campanhas para arrecadar recursos para apoiar militantes que estão em muita dificuldade e também contra toda ingerência estrangeira. Para o dia 20 estamos elaborando um documento para pedir a solidariedade e nos contrapor à decisão do Conselho de Segurança da ONU que, em 2 de outubro, decidiu, sem nenhum voto contrário, aprovar uma proposta dos EUA para o envio de forças policiais do Quênia ao Haiti. Como este jornal tem alcance nacional quero reforçar o pedido para a militância chamar a população trabalhadora, negros e brancos, para que saiam às ruas em 20 de novembro e participem da luta contra o genocídio e por melhores condições de vida.

## ENCONTRO ESTADUAL DO DAP EM SÃO PAULO



**O** Encontro Estadual do DAP de São Paulo ocorreu no dia 4 de novembro, com cerca de 50 delegados. Os informes de abertura, que abordaram a situação internacional, nacional e estadual, foram seguidos de várias intervenções do plenário, em uma discussão que se mostrou muito viva.

### Solidariedade ao povo palestino!

A principal questão que marca a conjuntura internacional, de guerras e da barbárie capitalista, foi abordada nos informes de Misa Boito e Mohamed El Kadri: a situação dramática dos palestinos, pela falência completa da política dos "dois Estados", que alimenta o massacre promovido por Israel com apoio dos EUA. Foi apresentada e distribuída

a "Declaração da campanha por um só Estado democrático". Outras intervenções do plenário retomaram o crescimento da solidariedade internacional dos trabalhadores e a necessidade de dirigir as manifestações aos consulados e embaixada de Israel e cobrar, além do cessar-fogo imediato e o fim do bloqueio a Gaza, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com esse país.

### "Defender o Haiti é defender nós mesmos"

Também houve um informe do comitê "defender o Haiti é defender a nós mesmos", denunciando a ilegitimidade do atual presidente do país e as gangues que o dominam favorecidas pelos EUA - bem como a nova intervenção deliberada pela ONU - convocando a militância

a aderir à campanha contra a ocupação do país.

### 10 meses de governo Lula

Foi destacado que desde o Encontro Nacional do DAP, em julho, chamamos a uma reflexão sobre os rumos do governo. De lá pra cá o governo está cada vez mais enredado com o Centrão dominante, em um Congresso onde Lira impera. Situação que emperra a realização de promessas de campanha e de reformas necessárias ao país e que demonstra cada vez mais que "com esse Congresso não dá". Por isso o DAP levanta a discussão da necessidade de uma Assembleia Constituinte Soberana. Inclusive para varrer a tutela militar que continua. A situação exige dar um passo, no sentido das cobranças que começam, como a carta dos trabalhadores da GM à Lula pela reversão das demissões e organizar a Marcha a Brasília pela revogação da Reforma Trabalhista e da lei das terceirizações, aprovada no congresso da CUT, na qual o DAP se empenhará.

### Governo Tarcísio em São Paulo

Violência policial, destruição da educação pública e privatizações: é o que o governo Tarcísio tenta impor no estado.

A tentativa de privatizar a maior empresa de saneamento da América Latina, a Sabesp, foi abordada por Adilson Souza e Francisca Adalgisa (diretora do sindicato da categoria). O processo está correndo na Assembleia Legislativa, e é a principal luta em que os grupos do DAP estão engajados no estado, na linha da mais ampla unidade contra a privatização. A companheira Mazé, professora do estado, denunciou o corte do governador nas verbas da educação e a precarização das escolas. Cláudio Silva (o Claudinho), Ouvidor de Polícia filiado ao PT, denunciou as irregularidades nas ações da PM, com aval do governador, em particular na chacina do Guarujá e chamou a participação nos atos do dia da consciência negra.

Ao final foi lida e aprovada por aclamação uma moção em apoio ao companheiro Claudinho:

"O Encontro Estadual do DAP se manifesta nesta data, por unanimidade, em solidariedade ao companheiro Claudinho, militante do PT, que ocupa nesse momento a difícil tarefa de Ouvidor da Polícia".

Também foi eleita uma nova coordenação estadual.

# Greve na GM é encerrada com reintegração dos demitidos

Empresa vai ter que pagar os dias parados e dar licença remunerada a trabalhadores afastados

Sob pressão dos trabalhadores em greve, a GM decidiu cumprir a determinação da Justiça do Trabalho e reintegrar os 1,2 mil demitidos, que haviam sido mandados embora em três fábricas do Brasil.

A empresa, no entanto, queria descontar os dias parados e não pagar os demitidos no período em que ficaram afastados, o que levou ao prolongamento da greve, encerrada no dia 8 de novembro, depois da empresa concordar em pagar os dias parados.

O corte nas fábricas de São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes havia sido anunciado em 21 de outubro e, desde então, a categoria entrou em greve.

Durante o movimento, os trabalhadores chegaram a se dirigir a Lula pedindo uma intervenção para que ajudasse a abrir negociações. “A montadora alega queda em suas vendas, mas registrou, ao contrário, aumento de 18,18% nas comercializações brasileiras entre abril e junho deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado”, dizia o documento.

Ainda de acordo com o sindicato de São Caetano “negociações serão estabelecidas para a instituição de um Programa de Demissão Voluntária aberto a quem desejar”.

O Trabalho ouviu Agamenon Alves, diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul (Força Sindical), após as assembleias que aprovaram acordo que reintegraram demitidos. Entrevista realizada por Alexandre Linares com colaboração de Aureo Santos.

**Como foi a reunião com a empresa em 7 de novembro? Depois da decisão judicial da reintegração dos demitidos, qual é a situação dos trabalhadores?**

Deu um trabalho imenso defender os empregos. A empresa queria manter de todas as formas as demissões. Mas graças à luta dos três sindicatos, conseguimos manter os empregos. Agimos de modo organizado. Conseguimos peitar, fomos para cima. Afirmamos que se eles não voltassem atrás, íamos manter a greve e seguir a luta na justiça. Eu saí da reunião à 1h45 da madrugada.



↳ Assembleia dos trabalhadores de São Caetano-SP, dia 8 de novembro

Ficamos firmes nisso.

**Quais os próximos na defesa dos empregos?**

Hoje, fizemos as duas assembleias da fábrica. Acabou agora a assembleia do segundo turno e trabalho da fábrica e por maioria absoluta decidiu pelo retorno ao trabalho diante da proposta que arrancamos. A situação dos demitidos é que serão afastados em licença remunerada. A fábrica vai ver situação dos direitos como Vale Refeição, alimentação, farmácia... Bem como onde eles vão colocar esses trabalhadores para voltar a trabalhar, e enquanto isso

esses trabalhadores reintegrados ficam afastados.

**Como o governo Lula poderia ter ajudado nessa situação?**

Eu acho que o Lula poderia ajudar a gente, fazer até o que o Biden fez, entendeu? Ele podia dar um apoio, vir em apoio em público e dar um apoio pra gente. Podia falar da greve, falar que as empresas automobilísticas estão cansadas de receber imensos incentivos. Ele poderia falar que as empresas não têm o direito de demitir em massa, principalmente sem negociar com os sindicatos.

## Trabalhadores de APPs têm jornada média de 46h

Ganho por hora é 37% menor do que de trabalhadores convencionais

Jornadas de trabalho extenuantes: Enquanto a média dos trabalhadores brasileiro é de 39,5 horas por semana, aqueles que trabalham através de plataformas e aplicativos fazem 46 horas por semana em média - na região sul, a média chega a 47,9 (dados do IBGE).

É a forma de compensar o baixo rendimento por hora trabalhada, que chega a ser 37% menor do que quem trabalha na mesma função, mas sem ser em aplicativos - sendo que aqueles que eventualmente trabalhem com carteira assinada possuem, ainda, direito ao 13º, férias remuneradas, licença-saúde, etc.

Pesquisa recente do IBGE confronta o argumento (usado contra a regulamentação como relação trabalhista) de que os trabalhadores de aplicativo

são prestadores de serviços autônomos. Quanto à remuneração, 97,3% dos motoristas de aplicativo disseram que o valor é definido não por eles, mas pela plataforma. Quanto aos prazos, 80% dos entregadores relatam que a empresa determina o tempo em que a entrega tem que ser realizada. Além disso, boa parte afirma que os horários em que trabalham são influenciados por campanhas de promoção dos aplicativos ou por punições e bloqueios.

Considerando todos os dados, essa suposta autonomia tem significado a necessidade de trabalhar por muito mais tempo.

**Governo Lula ainda prepara proposta de regulamentação**

Depois de meses de impasse no

grupo de trabalho sobre a regulamentação, o ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho planeja enviar uma proposta de lei ao Congresso Nacional. O texto foi discutido em reunião no dia 23 de outubro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas até o fechamento desta edição não havia sido apresentado.

O caminho preocupa setores que temem o estabelecimento de uma

segunda classe de trabalhadores, com menos direitos. Há magistrados da Justiça do Trabalho que entendem que o trabalho por aplicativo já se enquadra, dependendo das características de cada caso, na CLT ou na Constituição (trabalho avulso, com direitos garantidos). No entanto, são vários os casos em que a justiça do trabalho tem negado o vínculo aos trabalhadores.

Priscilla Chandretti



### EM CIDADE DE MINAS, ENTREGADORES CONQUISTAM DIREITO A PONTOS DE APOIO

Em Juiz de Fora (MG), um projeto de lei da vereadora Cida Oliveira (PT) foi aprovado pela Câmara Municipal. Ele obriga as empresas de aplicativo a garantir um ponto de apoio para os entregadores e motoristas com água, banheiro, ponto de internet e de energia, etc. Houve forte mobilização da associação dos entregadores por aplicativo. A luta agora é para que vire lei e seja aplicada.

## Servidores Federais fazem dia nacional de mobilização

Por convocação das entidades sindicais dos servidores federais agrupados no Fonasefe (Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais) se realizou em 8 de novembro um dia unificado de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço federal (SPFs)

Sérgio Ronaldo, Secretário-geral da Confederação dos sindicatos de SPFs, explica que

“estamos realizando duas campanhas salariais em 2023. A primeira foi a campanha emergencial para recomposição de 9% e benefício do auxílio-alimentação e estamos lutando por orçamento justo para 2024 com recomposição salarial, equiparação dos benefícios, concursos, reestruturações das carreiras”.

Embora exista uma mesa de negociação instalada, o Governo

não apresentou uma proposta de índice de reajuste nem de escalonamento das perdas dos governos Temer e Bolsonaro, enquanto o valor das verbas destinadas aos salários no orçamento do ano que vem aponta para um reajuste que não ultrapassaria 0.8%.

É neste contexto de cobrança ao Governo Lula que derrotou a extrema-direita levantando a

bandeira de recuperação dos serviços públicos que o Sindsep-DF, por exemplo, realizou o 2º Ato da Campanha Salarial 2024 nesta data, em frente à sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A diretoria do Andes convocou para este dia uma paralisação nas Instituições Federais de Ensino Superior, uma marcação de posição alheio ao estado real

de mobilização na base da categoria docente. Os professores e professoras do Fórum Renova Andes participaram do dia 8 favorecendo toda mobilização, com paralisações onde fosse possível.

O importante aqui é que o dia 8 sirva de ponto de apoio para a continuidade da campanha salarial 2023/2024.

Eudes Baima

# Congresso da CUT convoca marcha a Brasília

Entrevista com Renê Munaro, da nova executiva nacional eleita



↳ Renê Munaro em Assembleia de Greve em Florianópolis-SC

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que completou 40 anos em 28 de agosto, realizou o seu 14º Congresso nacional entre 19 e 22 de outubro no Expo-Center em São Paulo.

Por muitos anos a CUT foi, de longe, não só a maior central sindical do país, mas também referência em todas as lutas da classe, em comparação com os pelegos e seus aliados que formaram outras centrais.

Nos últimos anos, em particular a partir de 2016 com o golpe que derrubou Dilma e as posteriores prisão de Lula e eleição de Bolsonaro em 2018, a CUT foi atingida em suas bases por um crescente ataque aos direitos trabalhistas, o que levou à precarização das relações de trabalho e a uma queda da taxa de sindicalização no país, que passou de 16,1% em 2012 para 9,2% em 2023.

Com a pandemia da Covid em 2020, ocorreu um afastamento das direções sindicais de suas bases, com uma política de “fique em casa” e reuniões virtuais entre as cúpulas no Fórum das Centrais, o que esvaziou as instâncias da própria CUT.

É nessa situação que, após dez meses de governo Lula, se instalou o 14º congresso da central, reunindo cerca de 1.800 delegados vindos de todo o país.

Abaixo ouvimos Renê Munaro, presidente do Sintrasem (municipários de Florianópolis), que juntamente com Juliana Salles, secretária geral do Simesp (médicos de São Paulo), foram eleitos na chapa única para a Direção Executiva Nacional da CUT para o período 2023-2027, em nome do agrupamento “Em defesa da CUT Independente e de Luta” (CIL), substituindo João Batista Gomes (Sindsep, municipais São Paulo) e Marize Carvalho (professores universitários Bahia) que haviam sido eleitos no congresso anterior de 2019.

## Quais foram os principais debates ocorridos no 14º CONCUT?

O congresso da CUT refletiu uma

grande crise política na cúpula da central. Ele foi marcado pela ausência de espaço para debates entre os delegados, com mesas de tipo palestra durante a maior parte do tempo. Não se pode aprofundar as pautas que estão no centro da luta dos trabalhadores e seus sindicatos.

Nesse quadro limitado, destacou-se o ato realizado de apoio à luta do povo palestino, com uma fala do presidente de Federação Árabe Palestina, Ualid Rabah, que emocionou a todos. Os presentes levantaram cartazes com os dizeres “Palestina, parem o genocídio já” e foi adotada resolução da executiva nacional pelo cessar fogo imediato e o fim do bloqueio a Gaza.

Já a discussão sobre a “reforma sindical” uma vez mais não foi até o fim. A resolução apresentada na véspera do congresso pela executiva nacional – para se opor a que a CIL havia aprovado em vários congressos estaduais – escamoteou o debate que ocorre no Fórum das Centrais, não deixando claro o papel que um eventual Conselho de Autorregulação do Trabalho venha a ocupar. O mesmo procedimento foi usado no debate sobre a participação da CUT no Fórum das Centrais, no qual houve duras críticas aos acordos de cúpula ali adotados por cima das instâncias da própria CUT e que já colidiram com posições da nossa central, como no caso do apoio à desoneração patronal da folha de pagamento.

Uma direção executiva nacional de 50 membros, que jamais se reuniu completa em quatro anos, foi mantida para o próximo mandato, criando-se mais quatro secretarias, sendo que a única discutida em congressos estaduais era a de LGBTQI+, sem qualquer estrutura ou recurso para funcionar, o que criticamos. A primeira reunião da direção eleita será em 13 de novembro e será virtual por falta de recursos financeiros.

O ponto mais importante foi sem

dúvida a aprovação, no domingo 22 de outubro, da Marcha a Brasília, proposta vinda dos congressos estaduais que respondia à necessidade de mobilizar o conjunto da classe trabalhadora para retomar os direitos que lhe foram roubados desde a reforma trabalhista de Temer. Aprovação que se deu de forma unânime, após o acordo feito diante do plenário de indicar o primeiro semestre, o que inclui o 1º de Maio como possibilidade, e não o primeiro trimestre, como período para a sua realização.

Agora é arregaçar as mangas para discutir-a desde as bases e garantir a sua realização (ver resolução adotada no quadro ao lado).

## Em 19 de outubro, antes da abertura oficial do congresso, houve uma mesa paralela numa sala do Expo-Center composta por representantes do governo Lula e do governo Biden. Como isso repercutiu no congresso?

O companheiro João Batista Gomes, da executiva nacional que encerrava o mandato, logo na fala de abertura da discussão de conjuntura, em nome da CIL, denunciou e condenou a presença da representante oficial do Departamento do Trabalho do governo Biden em evento no local do congresso, um dia após os EUA vetarem resolução proposta pelo Brasil na ONU para criar um “corredor humanitário” em Gaza. Houve quem tentasse distorcer a fala do Joãozinho, como se ele tivesse declarado “persona non grata” não a representante de Biden, mas os companheiros sindicalistas dos EUA, o que foi esclarecido a partir da mesa.

## De volta a Florianópolis, você já está na organização de uma nova greve dos servidores municipais. Como está o seu desenvolvimento?

A prefeitura, ao chegar a data base de 1 de novembro dos trabalhadores da Comcap, que são os responsáveis pela limpeza pública da cidade, negou a renovação do acordo coletivo. A greve tem adesão de mais de 90% e também enfrenta as tentativas de privatização e rebaixamento de direitos dos trabalhadores.

Nesse momento a prefeitura optou por substituir o trabalho dos grevistas por empresas privadas contratadas por um valor mais alto do que a própria folha de pagamento da Comcap. Os contratos emergenciais publicados no Diário Oficial somam cerca de 18 milhões de reais, enquanto a folha da Comcap é de 15 milhões ao mês. A greve já dura uma semana e foi criminalizada com uma decisão judicial que exige o retorno ao trabalho dos grevistas e declara interdito proibitório contra os piquetes.

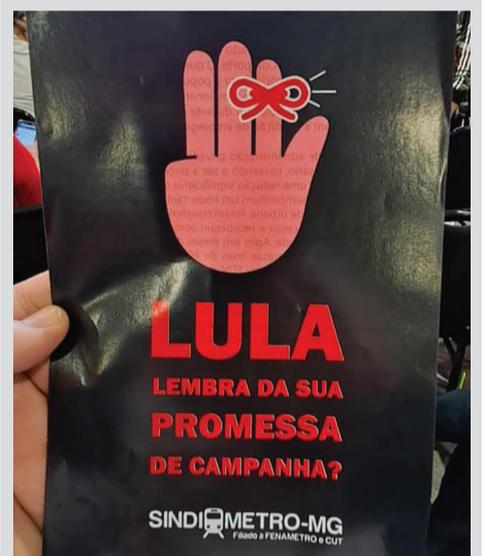
Mesmo diante desses ataques, os trabalhadores votaram por unanimidade a continuidade da greve.



## MARCHA A BRASÍLIA, EM DEFESA DE NOSSOS DIREITOS

Abaixo a resolução adotada no Plano de Lutas na sua íntegra:

“O 14º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores decide mandar a direção executiva nacional eleita a organizar, junto a todas as entidades filiadas, ramos e CUTs estaduais, uma Marcha à Brasília no primeiro semestre de 2024, levantando as reivindicações de revogação da reforma trabalhista, visando a recuperação de todos os direitos que foram por ela afetados; pela revogação da lei da terceirização ilimitada e da reforma previdenciária de Bolsonaro, agregando a esses eixos as reivindicações dos distintos setores dirigidas ao Governo Lula, em particular a dos servidores públicos, que estarão em estado de alerta desde já contra qualquer tentativa de retomar a PEC 32 (proposta de emenda constitucional), ou de qualquer outra reforma administrativa, no Congresso Nacional. A CUT proporá às demais centrais sindicais e movimentos populares que se identificarem com essa proposta a organização unitária da Marcha a Brasília.”



## METROVIÁRIOS DE BH COBRAM PROMESSA DE LULA

Abaixo a resolução adotada no Plano de Lutas na sua íntegra:

“O 14º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores decide mandar a direção executiva nacional eleita a organizar, junto a todas as entidades filiadas, ramos e CUTs estaduais, uma Marcha à Brasília no primeiro semestre de 2024, levantando as reivindicações de revogação da reforma trabalhista, visando a recuperação de todos os direitos que foram por ela afetados; pela revogação da lei da terceirização ilimitada e da reforma previdenciária de Bolsonaro, agregando a esses eixos as reivindicações dos distintos setores dirigidas ao Governo Lula, em particular a dos servidores públicos, que estarão em estado de alerta desde já contra qualquer tentativa de retomar a PEC 32 (proposta de emenda constitucional), ou de qualquer outra reforma administrativa, no Congresso Nacional. A CUT proporá às demais centrais sindicais e movimentos populares que se identificarem com essa proposta a organização unitária da Marcha a Brasília.”

# Lula tem que vetar o PL 3045/2022!

## Mudanças na lei orgânica das PMs vão aumentar violência policial

5 de novembro. Matias Caviquiole, 24 anos, ajudante de pedreiro foi assassinado por um tiro a queima roupa na Zona Sul de São Paulo. A bala veio da arma de um policial. O gatilho foi puxado por um agente da Polícia Militar (PM). No momento em que levou o tiro, Matias estava rendido e com as mãos para o alto. O soldado Dernival Silva efetuou os disparos na frente de diversas pessoas, que inclusive estavam filmando a ação.

Em 2022, o Brasil registrou 47.508 mortes violentas intencionais (MVI), conforme informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 20 de julho. Esse anuário foi elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A taxa de MVI foi de 23,4 casos por 100 mil habitantes, representando uma queda de 2,4% em comparação a 2021. Quanto ao perfil étnico-racial das vítimas, 76,5% dos falecidos eram

de ascendência negra. "Negros são o principal grupo vitimado pela violência independente da ocorrência registrada, e chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais", afirma o documento.

No dia 7 de novembro, o Senado aprovou, depois da Câmara, o Projeto de Lei 3045/2022. Ele altera a Lei Orgânica das PMs. Aprofunda os poderes das polícias militares. Comandantes passarão a responder apenas a governadores, não mais aos secretários de segurança pública do Estado, ampliando a autonomia das corporações militares.

As Ouvidorias, que hoje tem autonomia, serão submetidas à hierarquia da corporação, inviabilizando, na prática, o seu trabalho.

O Projeto autoriza o desvio de recursos do meio ambiente para as polícias, limita a participação de mulheres na PM e amplia a incidência das Forças Armadas sobre as polícias.



PM de São Paulo imobiliza homem negro que participava de manifestação

Por fim, ainda devolve o controle da circulação de armas para as forças Armadas.

Relatado vergonhosamente pelo Senador Fábio Contarato (PT ES) este projeto agora seguirá para a sanção presidencial do presidente Lula.

Lula tem que vetar o projeto. É preciso levar às ruas, neste dia 20 de novembro, essa exigência, que se liga umbilicalmente à luta pelo fim da violência policial.

Joelson Souza

## Militares: a volta dos que não foram

Tive reuniões com os três comandantes das Forças Armadas e com o ministro José Múcio [Defesa] para discutir a participação deles no Rio de Janeiro. Eu não quero as Forças Armadas nas favelas brigando com bandidos. Não é esse o papel das Forças Armadas. E enquanto eu for presidente, não tem GLO. Fui eleito para governar esse país e vou governar.", disse o presidente Lula no dia 27 de outubro, em coletiva de imprensa. Ele respondia a uma pressão do seu próprio ministro da Justiça, Flávio Dino, que desejava o envio de tropas ao estado do sudeste.

Três dias depois, no entanto, Lula decretou uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) em Portos, Aeroportos e nas fronteiras. A medida concede poder

de polícia a 3700 militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em locais determinados pelo governo, como os Portos do Rio, Itaguaí e Santos, os aeroportos de Galeão e Guarulhos, além 2300 quilômetros de fronteiras.

Para Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), uma instituição acadêmica do Rio de Janeiro, em entrevista concedida à Nathalia Viana, da Agência Pública, "Ainda não está claro o que soldados, sargentos e oficiais poderiam fazer, além de uma figuração cenográfica, em portos e aeroportos.

É exatamente nessas áreas que mais se depende de investigação, inteligência e monitoramento de longo prazo, e não

de presença de força física."

### Mobilização e impunidade

De fato, não está claro. E o problema vai além. Inicia-se uma mobilização de militares por meio de instrumento, que, recordemos, estava no centro das exigências dos golpistas, dentro e fora das Forças Armadas, para consumir o golpe.

Foram as GLOs no Rio, que, depois do Haiti, coesionaram as tropas que ocuparam o planalto com Bolsonaro, ao longo de quatro longos anos. E foi também ali, no planalto, ocupando ministérios e cargos, que os militares cometeram os crimes pelos quais o povo, durante a posse de Lula, exigiu "sem anistia".

Dez meses depois, incluindo o 8 de janeiro, a impunidade é

a marca da situação.

"Xandão" já isentou de culpa as Forças Armadas como tal. O general da reserva, Walter Braga Netto, acompanhando Bolsonaro, foi tornado inelegível, é bem verdade. No entanto, até aqui, apesar de inúmeras denúncias e de fartas evidências nenhum general foi preso. Atrás das grades estão apenas um punhado de golpistas do baixo escalão, enquanto o STF e a Procuradoria Geral da República preparam acordos com centenas de acusados.

O relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o 8 de janeiro conclui sugerindo o indiciamento de 30 militares. Apenas três oficiais da ativa, nenhum general (todos os indiciados estão na reserva). Um alívio para o Alto

Comando das Forças, segundo a imprensa.

À frente deste Alto Comando está o General Tomás Paiva, que ajudou Villas Boas a escrever o tuíte que manteve Lula na prisão. Antes disso, como comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), ele permitiu que Bolsonaro se lançasse candidato a presidente, dentro de um quartel.

Assim, sem ter exatamente saído de cena, os militares voltam a ela. A imagem está muito mais desgastada junto à população do que antes, mas as instituições os poupam. Na verdade, não rompem a tutela secularmente mantida. Para rompê-la, serão necessárias outras instituições.

Juca Gonçalves

## 2,5 milhões de casas sem energia em São Paulo

### Multinacional italiana Enel deixa pessoas sem acesso a energia na grande São Paulo e interior

As consequências das fortes chuvas que ocorreram na cidade de São Paulo combinaram dois tipos de desmonte dos serviços públicos. De um lado a Prefeitura, que com a terceirização das equipes de podas das árvores perdeu a capacidade de ação preventiva antes das épocas das chuvas. De outro, mais importante, a privatização da empresa pública de energia de SP, a Eletropaulo, em 1998, e o desenvolvimento da implantação do modelo privado de empresa deixou toda a Grande São Paulo e parte do interior sem condições de recuperação da rede de energia.

### Cortes de funcionários

Depois de passar da Eletropaulo para

a AES, o fornecimento de energia ficou nas mãos da Enel, que buscou ampliar a rentabilidade da empresa. Segundo dados da Aneel divulgados pela CNN Brasil: "a empresa demitiu 36% de seus funcionários. Em 2019, eram 23.835 funcionários, entre próprios e terceirizados que vinham da antiga Eletropaulo. Em 30 de setembro de 2023, eram 15.366."

Na época da Eletropaulo de cada 10 equipes, 8 eram de manutenção preventiva: ou seja, aquela que revisava a rede de energia em busca de quadro de desgaste e perigo de falha. E duas eram de equipes de emergência. Esse número se inverteu e hoje a maioria são de emergências. E isso se explica: é mais barato

para Enel deixar faltar a energia e depois arrumar a rede do que manter equipes preventivas. As equipes de manutenção preventiva eram formadas por oito trabalhadores. As atuais equipes de manutenção emergencial são formadas por dois trabalhadores.

### População sofre com privatização

Na segunda-feira (6), moradores do Butantã, na zona oeste de São Paulo, pediam socorro "estamos sem energia desde as 16h20 do dia 3. Em nosso prédio a água depende de bombas e estamos sem água desde sábado". Na zona sul de São Paulo, também na segunda, moradores bloquearam avenidas com barricadas em chamadas para protestar.

Movimentos populares de moradias foram à sede da empresa protestar contra a falta de energia

Outra questão são as perdas dos comércios: estoques de alimentos e remédios que dependem de refrigeração foram perdidos. Unidades Básicas de Saúde e outros equipamentos deixaram de atender a população. Escolas suspenderam aulas. Nas casas famílias tiveram prejuízos nas suas geladeiras.

São os horrores da privatização, que o governador Tarcísio quer ampliar. Ele prepara, agora, a privatização da Sabesp, a empresa de água e saneamento. Há resistência.

Alexandre Linares

# Congresso Nacional: um imperador e sua corte

Artur Lira, contra o povo, comanda, como quem está num trono, esta instituição podre

Quem, em sã consciência, pode acreditar que o mandonismo imperial e ativo do presidente da Câmara (o mesmo que blindou o ex-presidente defenestrado nas urnas) corresponda a qualquer interesse da nação e seu povo trabalhador? Quem, em sã consciência não percebe que a corte que o cerca, um Centrão guloso de verbas em seu próprio benefício – o que se vê a exaustão a cada projeto do governo a ser votado – age para que o Congresso impeça que se concretize o mandato dado a Lula em 2022?

Vamos aos fatos.

Primeiro vale destacar que os projetos do governo aprovados pelo Congresso (como o arcabouço fiscal e reforma tributária), não correspondem aos anseios cravados nas urnas. Por isso foram aprovados e não sem que os deputados aproveitassem a ocasião para encher mais seus bolsos com as tais emendas.

Mesmo o Estadão (que como se sabe é a voz da classe dominante e do imperialismo) fez matérias, em edições de outubro, ressaltando a concentração de “força inédita” na cúpula do Congresso.

E quanto mais poder ao Congresso, mais o governo se distanciará do caminho indicado na vitória de 2022.

Pegando carona nas mudanças adotadas durante e pandemia, agora se busca tornar “cláusula pétrea” a transferência de decisões para os presidentes da Câmara e Senado.

“O chefe do Executivo tem de lidar não só com um Congresso fortalecido em relação aos outros poderes, mas também com uma cúpula que concentra bem mais autoridade nos presidentes da Câmara e do Senado em comparação aos antecessores” (Estadão 24/10)

Onde esta concentração de poder galopa ligeiro é na Câmara, sob a chibata de Lira.

Um ato da Mesa em 2020 (durante a pandemia) estabeleceu e disciplinou



↳ Arthur Lira durante reeleição para presidente da Câmara

as sessões online. Em março deste ano (já sem pandemia) Lira, também por um ato de mesa, tornou definitivo o que foi usado em função da Covid-19, e estabeleceu sessões híbridas. E quem decide se a sessão é híbrida? A vontade do imperador, que pode facilitar para seus cortesãos votarem, de onde estiverem, o que ele mandar.

Outra medida de Lira foi dissolver as comissões permanentes (compostas de acordo com as bancadas dos partidos, que indicam seus membros) por grupos de trabalho informais compostas por membros indicados por ele. Na questão da reforma tributária, por exemplo, a proposta submetida ao plenário foi a formulada por um “grupo de trabalho”, escolhido por Lira. Já o arcabouço fiscal “foi submetido diretamente ao plenário, mas sem grupo de trabalho ou comissão. O relatório foi escrito sob a batuta do presidente da Câmara” (Estadão 24/10)

Resumo da ópera. Com a coroa de imperador na cabeça de Lira, este congresso já fez caducar 17 Medidas Provisórias de Lula, aprovou, em benefício dos ruralistas o marco temporal e agora ameaça derrubar os vetos de

Lula, interdita a discussão da revogação da contrarreforma trabalhista de Temer, quer fazer avançar a reforma administrativa, um ataque aos serviços e servidores públicos...Enfim, faz todo o contrário do que indicaram as urnas quando elegemos Lula. Derrotando não apenas a figura nefasta mas também sua política.

E o baita problema é governo e o PT entrarem nesta ratoeira.

O governo Lula, ao adotar a política de dar os anéis para não perder os dedos (nomeação de ministros indicados pelo Centrão, negociações no Congresso cedendo a pressões), vai perdendo os anéis, os dedos e a mão para governar -com a governabilidade que interessa- em benefício do povo.

## Mas, então, qual seria a saída?

Em primeiro lugar é preciso dizer que conciliar com este congresso NÃO é saída.

Em entrevista ao site Opera Mundi, o deputado Rui Falcão (PT-SP), falando da situação atual e dos limites da Constituição de 1988, propõe um movimento para criar as condições políticas e sociais pela convocação de uma nova

Constituinte. Tem razão! Com isso ele retoma uma proposta aprovada nos dois últimos Congressos do PT (2017 e 2019) que indicava como caminho para livrar o país das instituições que deram o golpe em 2016 e levaram Lula à cadeia em 2018, a linha de uma Constituinte Soberana. Afinal só a palavra ao povo pode permitir que a “plebe rude”, no melhor significado da expressão, acabe com isso. Os que sofrem a desigualdade, a falta de moradia, o desemprego, o ataque aos direitos trabalhistas, os indígenas ameaçados pelas invasões de terras por latifundiários que também negam aos trabalhadores rurais a terra para nela trabalhar, os negros assassinados pelas Polícias Militares, herança da ditadura, os quilombolas que não têm suas terras regularizadas, a juventude que pedala entregas sem qualquer direito, as mulheres trabalhadoras... Enfim é essa “plebe rude” que, ao ter a palavra, pode derrubar o muro da opressão e da vergonha que abriga os Liras e sua corte contra os interesses do povo. Sim é preciso criar as condições para que a palavra dada ao povo realmente transforme este país.

Misa Boito

## Taxação dos super-ricos? Não é o que parece

Centrão, na verdade, facilitou impostos aos super-ricos

No final de outubro, a Câmara aprovou o projeto lei enganosamente chamado de “taxação dos super-ricos”. O relator do projeto modificou a Medida Provisória do governo, diminuindo as exigências e impostos aos ricos. E mesmo assim, a aprovação só ocorreu no dia em que Lula anunciou que nomearia um indicado do Centrão à presidência da Caixa Econômica Federal.

A proposta antecipa a cobrança de Imposto de Renda de fundos exclusivos e passa a taxar aplicações em offshores, que são empresas (como fantasmas) com endereços em paraísos

fiscais (Bahamas, ilhas Cayman etc) que recebem aplicações de um seletivo grupo de pouco mais de 2 mil pessoas - com ativos de R\$ 1 trilhão.

Fundos de investimentos são empresas que recebem aplicações financeiras (poupança) de pessoas. Os fundos então alocam (investem) tais recursos em ativos financeiros - como títulos públicos, privados, ações etc. – que rendem lucros após algum tempo.

As pessoas que investiram, quando quiserem usar seu dinheiro, podem resgatar o que foi aplicado, além do lucro rendido. Em qualquer lugar do mundo, a pessoa paga imposto sobre tal lucro

obtido na especulação financeira.

No Brasil, contudo, legislação da época de FHC passou a permitir aos muito ricos aplicarem em fundos no exterior (“offshore”) sem pagar imposto. E permitia também aos que aplicam acima de R\$ 10 milhões, usar um instrumento chamado fundo exclusivo (este no Brasil) que exigia pagamento de imposto em cima do lucro (ganho do fundo) apenas uma única vez (no dia em que era feito o resgate do dinheiro) e apenas 15% em cima do lucro. Já os investidores normais (não-ricos) pagam imposto que varia entre 15% e 22% duas vezes ao ano – uma

taxa conhecida como “come cotas”.

A nova lei aprovada na Câmara fará os fundos offshore pagarem imposto, mas apenas uma vez ao ano e a uma taxa linear de 15% (a MP do governo originalmente definia até 20% a depender progressivamente do rendimento).

Já os fundos exclusivos terão sua taxa cortada quase pela metade: de 15% para 8%; bastando que se opte por antecipar o pagamento do imposto anual. As mudanças farão o governo arrecadar bem menos do que os R\$ 20 bi em 2024 (e até R\$54 bi em 2026) previstos.

Alberto Handfas

# Haiti: comitê lança carta à Lula

Documento pergunta: "por que o Brasil favoreceu uma intervenção externa?"

Em 25 de outubro, o Comitê "Defender o Haiti é Defender a Nós Mesmos" organizou um debate de Solidariedade ao Haiti. Na mesa, Camille Chalmers, dirigente haitiano do Papda - Plataforma Haitiana para o Desenvolvimento Alternativo - Júlio Turra, do Comitê Nacional do DAP e Fedo Bacourt, coordenador da União Social dos Haitianos. Chalmers estava no Brasil a convite do Jubileu Sul, que apoiou a atividade e participou com representantes de 16 países da América Latina e Caribe que estavam no país em uma conferência.

Chalmers destacou a situação crítica pela qual passa o Haiti hoje, onde a fome e o desemprego, junto com a violência das gangues que sequestram e atacam a população - financiadas que são pelo atual governo e armadas pelos Estados Unidos - levam o país ao caos. Essas gangues, segundo ele, "concentram seus ataques nos bairros populares, naqueles onde se organiza a resistência". Na opinião dele, "essa situação é fruto das sucessivas ocupações, em particular a última, que durou 14 anos, a da Minustah (Missão da ONU pela Estabilidade do Haiti), que infelizmente foi liderada pelo Brasil".

Em sua fala Bacourt destacou "hoje o que nos preocupa é o que significa o



↳ Em São Paulo (SP), debate de solidariedade ao Haiti, no dia 25 de outubro

envio de policiais do Quênia para Haiti. Queremos o Haiti dirigido por haitianos e não pelo Core Group, queremos eleições sem as mãos dos Estados Unidos e dos países que dizem que são amigos do Haiti. Haiti livre e soberano!"

Júlio Turra, apresentou o Boletim número 2 elaborado pelo Comitê: "Tropas Nunca Mais", divulgando a Carta Aberta a Lula, na qual são feitas duas perguntas.

A primeira, "por que o Brasil favoreceu

uma nova intervenção militar externa no Haiti? Intervenção pedida por um governo ilegítimo, repudiado internamente por um amplo leque de forças políticas... No próprio Quênia, a Corte de Justiça desse país africano contesta a legalidade do envio de forças policiais ao Haiti".

Já a segunda exigia esclarecimentos do mandatário brasileiro: "Outra questão que merece ser esclarecida é qual a política desenvolvida pelo Brasil no seio do

'Core Group', instalado desde o término da Minustah? Chama a nossa atenção o fato do Brasil ser o único país latino-americano a fazer parte do grupo - composto pela ONU, OEA, União Europeia, EUA, Alemanha, França, Canadá e Espanha - que apoia o atual governo haitiano. Há um muro de silêncio sobre o que se passa no Haiti e também sobre o que o Brasil defende ou propõe no quadro do "Core Group".

Barbara Corrales

## Fim da greve nas automobilísticas dos EUA

Trabalhadores arrancaram conquistas importantes após semanas de luta

Numa vitória parcial, mas considerável, trabalhadores da indústria automobilística dos EUA estão fechando acordos com importantes conquistas arrancadas. Foram mais de seis semanas de greve nas "três grandes" empresas - Ford, GM e Stellantis (Chrysler, Jeep, Fiat etc.) - agitando o movimento dos trabalhadores. A direção do sindicato adotou uma estratégia de greve cumulativa por fábricas ("Stand Up Strike"), parando na primeira semana apenas 3 plantas e incorporando nas semanas seguintes novas unidades. No auge, 46 mil trabalhadores (dos 146 mil filiados nas três empresas) cruzaram os braços parando fábricas e unidades de distribuição em quase 40 estados. Parte das perdas das últimas décadas - benefícios e salários que dirigentes antigos do sindicato abriram mão em nome da "ajuda às empresas" - puderam ser reconquistadas. Mas há ainda muita luta pela frente.

Os acordos acertados entre a direção sindical e as empresas durarão quatro anos e oito meses e incluirão aumento salarial total de 25% (parcelados em cada ano, a primeira já neste ano de 11%) mais reposição de inflação em cada ano. O injusto e divisionista sistema de níveis salariais (para a mesma função) deve ser progressivamente abolido nos próximos 3 anos - com elevação dos salários de início de carreira e

crescimento escalonado dos salários de níveis inferiores até alcançarem os dos superiores (das linhas de montagem).

Os acordos da Ford e Stellantis incluem o direito de greve em caso de ameaça empresarial de fechamento de fábricas. Na Stellantis, tal direito inclui ameaças de redução de investimentos na produção (dispositivo que o UAW tenta incluir no acordo da GM também) - algo importante a que trabalhadores impeçam o sindicato de deslocar recursos para fora, a pagamento de dividendos a acionistas ou à especulação. A Stellantis se comprometeu no acordo a reabrir a sua fábrica de montagem de Belvidere, Illinois (parada desde março, ameaçando desempregar seus 1,2 mil operários).

### Veículos Elétricos e direito de greve e fundos de pensão

As três grandes planejavam montar suas fábricas de veículos elétricos - que exigem menos mão de obra e são mais mecanizadas - com trabalhadores não-sindicalizados (informais, sem cobertura do contrato coletivo sindical, como permite a legislação nos EUA). Esse modelo anti-sindical foi adotado pelo bilionário Elon Musk em suas instalações da Tesla. Reverter tal situação era prioridade da UAW. Os acordos incluirão a garantia que as unidades produtoras de baterias (aos carros elétricos) da Stellantis e Ford devam ser

cobertas pelos contratos coletivos do UAW. O mesmo deve ocorrer com os novos trabalhadores da fábrica de baterias Ultium Cells da GM.

Os contratos comprometem a Stellantis e a Ford a realizarem respectivamente 19 e 8 bilhões de dólares em novos investimentos. Em todas as Três Grandes, imediatamente após a ratificação, os trabalhadores temporários com pelo menos noventa dias de emprego serão convertidos em tempo integral, pondo fim à prática de eternização de temporários, tão utilizada pelas empresas nos últimos anos.

Os acordos, contudo não incluíram uma reivindicação importante de recuperar as pensões para todos, um benefício que foi abandonado pela antiga direção sindical em acordos no pós crise de 2008 (para "salvar as empresas"). A despeito disso, houve conquistas aos trabalhadores antigos (que já tinham planos de pensão) e aos atuais aposentados - com a recuperação de bônus anuais e elevação da contribuição patronal.

### Aprovação dos acordos e reconstrução sindical

Os representantes da Ford dos sindicatos locais de todo o país já aprovaram unanimemente o contrato acordado. Os representantes da Stellantis devem fazê-lo nesta semana também. A GM foi a última empresa a aceitar o

acordo e só o fez quando o sindicato adicionou os 4 mil operários de sua lucrativa fábrica no Tennessee à lista de greve no final da semana passada para aumentar a pressão. Eles produzem motores que são distribuídos a várias outras montadoras nos EUA e no exterior.

Após a greve, o sindicato terá de manter a mobilização contra as tentativas das empresas de flexibilizar os direitos - sobretudo nas fábricas de veículos elétricos. E deverá realizar um esforço para retomar a sindicalização de novos trabalhadores.

Apesar da desindustrialização de parte do país - fruto das políticas das multinacionais de deslocarem suas produções a países com mão de obra mais barata - o número de trabalhadores da indústria automobilística nos EUA recuperou-se consideravelmente nas últimas décadas, atingindo cerca de 1,1 milhão, uma retorno aos patamares dos anos 1980. O problema é a forte queda do percentual dos operários que se mantêm sindicalizados: de 586 mil em 1983, hoje apenas 225 mil são do UAW. A despeito das fragilidades políticas ainda existentes no sindicato, a animada e politizada campanha salarial e as conquistas que dela decorreram, podem servir de impulso a retomada da sindicalização no setor, servindo de exemplo a todos os outros ramos industriais do país.

# Manifestações de apoio aos palestinos levam multidões às ruas em todo o mundo

A solidariedade ao povo palestino atinge uma amplitude inédita, fruto da revolta pelo genocídio em curso e pelas mais de 5 mil crianças assassinadas por Israel. Nos últimos dias, essa revolta tomou as ruas em São Paulo, Londres (Reino Unido), Paris (França), Caracas (Venezuela), Roma (Itália), Berlim (Alemanha), Nova Iorque (EUA), Amã (Jordânia), Istambul e Ancara (Turquia), Rabat (Marrocos), Buenos Aires (Argentina), Taipei (Taiwan)... a lista continua. Todas exigem o cessar fogo e o fim do bloqueio a Gaza.

No dia 4 de novembro, em Washington, capital dos Estados Unidos, centenas de milhares de manifestantes se dirigiram à Casa Branca e sacudiram os portões da sede do governo.

## Trabalhadores se recusam a enviar armas

Em Gênova, na Itália, trabalhadores portuários decidiram recusar o carregamento de equipamento militar destinado à Israel. O mesmo acontece com os estivadores de Barcelona, Espanha, que atenderam a um pedido de seu sindicato e apelam a um boicote na entrega de armas.

Na Bélgica, sindicatos do setor de transportes manifestaram sua "recusa em enviar equipamentos militares para a

guerra na Palestina". Uma nota conjunta divulgada chama os trabalhadores a deixar de realizar carregamentos para voos para Israel e Palestina. "Enquanto um genocídio está em curso na Palestina, trabalhadores dos diversos aeroportos da Bélgica veem armas partindo para a zona de conflito. Carregar e descarregar essas armas auxilia na capacidade de organizações de matar pessoas inocentes. (...) Reivindicamos, portanto, um cessar-fogo imediato e pedimos aos governos na Bélgica que sejam consistentes e não tolerem o envio de armas através de seus aeroportos", afirma o documento.

Nos Estados Unidos, manifestantes bloquearam os portos de Tacoma e de Oakland para impedir o envio de armas à Israel.

## Israel intensifica bombardeios em Gaza

Depois de bombardear hospitais, ambulâncias, escolas da ONU onde crianças e civis se refugiavam; depois de despejar tantas bombas que o potencial explosivo supera em muito a de uma bomba atômica de Hiroshima; depois de ter lançado mão de fósforo branco, arma química banida pelos acordos internacionais e que "queima até os ossos"; depois de ter assassinado mais de 10 mil pessoas, sendo mais de 5 mil crianças...

em 5 de novembro, Israel anunciou que ia intensificar a ofensiva.

Uma criança morre a cada 10 minutos,

inclusive recém-nascidos. Enquanto as crianças de Gaza forem massacradas, é toda a humanidade que morre!



A organização "Jewish Voice for Peace", ou voz judia pela paz, em tradução livre, realizou uma manifestação na Estátua da Liberdade, exigindo o cessar-fogo imediato. Antes, o grupo havia reunido centenas de pessoas na Grand Central Station, uma das principais estações de Nova York (EUA) que ficou parada em plena hora do rush, e uma ocupação no Capitólio. Em ambos os casos, centenas de ativistas foram detidos.

## Intervenções na Paulista



**Markus Sokol, dirigente nacional do PT, em 29 de outubro:**

"Amigos e amigas, companheiras e companheiros. Eu estou emocionado de estar aqui. Porque desde a minha adolescência que luto contra o sionismo. (...) há décadas que as grandes potências sustentam o estado sionista de Israel. Infelizmente nós chegamos a esse ponto. O Diretório Nacional do PT, há duas semanas adotou uma posição clara de condenação do genocídio em Gaza, pelo Cessar-Fogo imediato e pelo

fim do bloqueio a Gaza. Nas duas semanas que transcorreram, essa questão do genocídio infelizmente só fez crescer. Ao mesmo tempo que crescem as manifestações no mundo, e vão crescer no Brasil. Porque em muitos países, elas foram manifestações contra os seus governos que conspiram, que sustentam, diplomática, militar e economicamente o estado assassino de Israel. Aqui nós temos uma outra missão. Eu vi agora passar um cartaz muito bonito que falava: "Netanyahu, persona non grata". A resolução do PT, no dia seguinte, foi de maneira estúpida e brutal atacada pelo embaixador de

Israel. E teve mais repercussão na imprensa do que o nosso próprio comunicado. Então eu declaro o Embaixador de Netanyahu persona non grata no Brasil! (palmas).

E nós estamos no movimento que está crescendo. Eu estive no ato do domingo passado e estou vendo aqui hoje. E deixo uma proposta que vem sendo discutida, realizarmos em duas semanas, dez, doze dias, durante um dia de semana em todo o Brasil, na porta dos consulados de Israel, os consulados dos Estados Unidos, na embaixada dos dois canais lá em Brasília, uma Jornada Nacional de Luta de

Solidariedade à Luta do Povo Palestino (palmas). Eu vou falar três vezes: hoje aqui, nesta avenida, somos todos palestinos! Hoje, somos todos palestinos! Hoje, somos todos palestinos (coro)!"



**Julio Turra, coordenação nacional do DAP, em 5 de novembro:**

"Chega de massacre, não ao genocídio, cessar fogo imediato, são as palavras de ordem que ecoam em todo o mundo nesse momento. Se os governos são cúmplices, como já foi

denunciado aqui, há manifestações jamais vistas de apoio aos palestinos em Londres, Paris, Barcelona, Madrid. Nunca se viu um engajamento tão grande de setores importantes da comunidade judaica, sim senhores, como se vê nesse momento, gritando nas ruas de Nova Iorque "não em nosso nome", interrompendo agendas oficiais do governo americano gritando "cessar fogo imediato". Viva a luta do povo palestino. Viva a luta por um estado democrático, laico, soberano sobre toda a Palestina. Seguimos juntos, companheiros e companheiras. Abaixo o imperialismo norte-americano."

## Repressão brutal em Israel

Desde 7 de outubro, o Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré multiplicou comunicados de imprensa e intervenções perante os tribunais israelitas, para proteger os trabalhadores palestinos que enfrentam uma repressão patronal sem precedentes desde 1948. Em 23 de outubro, foi assinada

uma carta oficial do sindicato israelita Histadrut, pelo seu diretor jurídico, que apela a todos os patrões israelitas para despedirem qualquer trabalhador que "apoie ou declare solidariedade com o terrorismo em condições de guerra". Na opinião da Histadrut, braço do governo israelita, qualquer ato de empatia para

com a população da Faixa de Gaza é considerado apoio ao terrorismo.

Desde o ataque de 7 de Outubro, o Estado de Israel prendeu 4.000 trabalhadores de Gaza e mais de 1.000 pessoas na Cisjordânia. Segundo autoridades palestinas, "as prisões ocorrem 24 horas por dia". Havia aproximadamente

5.200 palestinos nas prisões israelitas antes de 7 de Outubro, e esse número aumentou agora para mais de 10.000 pessoas. Milhares de trabalhadores de Gaza, incapazes de regressar para casa, foram colocados em campos de detenção, onde são espancados e tem água e electricidade racionados.

# Parem o genocídio em Gaza!

Declaração da Campanha por um só Estado democrático, lançada em 15 de outubro



↳ Homem palestino retira crianças de escombros após bombardeios

O povo palestino de Gaza está sofrendo uma campanha de genocídio por parte dos seus carcereiros israelenses. Confinar dois milhões e meio de pessoas numa área minúscula (tornada ainda menor pela ordem do exército israelense de deslocar metade dos habitantes de Gaza para o sul), cortar toda a alimentação, água, eletricidade e medicamentos, deixar morrer os doentes nos hospitais e os idosos, declarar que “todos os habitantes de Gaza são do Hamas”, tornando assim as crianças alvos legítimos, bombardear em tapete durante dias para “amaciar” o terreno e depois invadir com um exército de 360 mil soldados – tudo isto corresponde precisamente à definição de genocídio dada pelas

Nações Unidas: “a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso enquanto tal”.

Até este momento, Israel lançou cerca de 8 mil bombas em Gaza, ou seja, mais do que os Estados Unidos lançaram no Afeganistão em um ano! Destruiu cerca de 4 mil alvos, arrasando áreas residenciais inteiras, hospitais e escolas. Mais de 2 mil e 500 habitantes de Gaza foram mortos, sendo um terço deles crianças. Um milhão de palestinos, a maioria refugiados de 1948, voltaram a ser refugiados, deslocados à força, mas sem nenhum refúgio para se abrigar. E nós esperamos o pior a qualquer momento: a invasão terrestre maciça por parte de Israel. “Estamos

apenas no início”, Netanyahu declarou de forma ameaçadora. Estamos assistindo à destruição de um povo diante dos nossos olhos, com o apoio militar e diplomático maciço dos Estados Unidos, do Canadá e da Europa. O mundo é governado por criminosos de guerra.

A brutal ofensiva israelense não é um simples ato de vingança contra o Hamas, mas uma campanha genocida que visa nada menos do que expulsar a população de Gaza para perpetuar a sua colonização de toda a Palestina. Trata-se de uma campanha para aniquilar toda forma de resistência. Israel se opôs a qualquer tentativa de solução justa, inclusiva e democrática entre os nossos povos. Apenas tem procurado, de forma sistemática e implacável, estender o seu regime de apartheid do rio ao mar.

Os palestinos nunca estiveram em guerra com os judeus; eles resistiram a um projeto colonial unilateral de colonização cujo objetivo declarado é a tomada de sua pátria, a transformação da Palestina em Israel e o apagamento do povo palestino, da sua cultura e da

sua herança. Tal como na luta de libertação de outros povos colonizados, os palestinos foram forçados pelo sionismo/Israel a lutar por seus direitos nacionais e pela sua liberdade.

Nós, os povos do mundo, devemos agora expressar nossa solidariedade para com os palestinos de Gaza. Não esqueçamos, no entanto, os palestinos de toda a Palestina histórica que, neste momento, também enfrentam limpeza étnica e uma repressão impiedosa: 50 palestinos da Cisjordânia foram mortos, principalmente por colonos, só na semana passada. É urgente lançarmos um apelo aos nossos governos, cúmplices desses crimes contra a humanidade:

- Parem o ataque terrestre de Israel sobre Gaza!
- Parem a expulsão dos habitantes de Gaza, a segunda Nakba!
- Ajuda humanitária imediata!
- Fim da colonização israelense e do apartheid!
- Pela liberdade dos palestinos!
- Por um Estado democrático para todos!



## A CAMPANHA POR UM ÚNICO ESTADO DEMOCRÁTICO É DA INICIATIVA DE:

**Awad Abdelfattah**, coordenador da Campanha por um só Estado;

**Haidar Eid**, professor de literatura em Gaza;

**Ilan Pappé**, historiador;

Je Halper, antropólogo residente em Jerusalém;

**Ramzi Baroud**, redator do site Palestinian Chronicle;

**Haim Bresheeth**, fundador da Jewish Network for Palestine (Rede Judaica pela Palestina);

**Eitan Bronstein**, cofundador do De-Colonizer

## ONU: a foto e a foto inteira

O povo palestino conta com a solidariedade dos povos do mundo

Foi cruel e criminoso o veto de Biden no Conselho de Segurança da ONU, dia 17 de outubro, ao projeto de resolução apresentado pelo Brasil. No principal, ele “pede pausas humanitárias para permitir acesso humanitário”. Apesar do projeto obter a maioria qualificada de 12 votos a favor, 1 contra dos EUA e 2 abstenções, o veto do imperialismo sobrepuja sua cumplicidade com o genocídio de Gaza pelo estado sionista.

Esta é uma foto, sobretudo na imprensa brasileira. A resolução também “condena os ataques terroristas atroz do Hamas”, mas não condena Israel pelo bombardeio indiscriminado de civis em Gaza.

### A foto inteira

Um dia antes, dia 16, a Rússia de Putin apresentou duas emendas ao projeto brasileiro.

A primeira emenda condena os ataques aos civis na Faixa de Gaza. Obteve 6 votos, 1 contra (EUA) e 8 abstenções - inclusive a do Brasil - que era o relator

e presidente da sessão.

A segunda emenda da Rússia era pelo cessar-fogo imediato. Obteve 7 votos, 1 contra (EUA) e 7 abstenções, com a do Brasil. Evidentemente, as “pausas” do projeto brasileiro não são o “cessar-fogo imediato” que pedem as ruas e praças do mundo.

Votaram com a Rússia neste ponto, China, Gabão, Moçambique e Emirados Árabes Unidos. Contra votaram os governos de três membros permanentes do Conselho, com poder de veto, Estados Unidos, França e Grã Bretanha, além do Japão. Se abstiveram além do Brasil, o Equador, Suíça, Albânia, Gana e Malta.

Ambas as emendas foram rejeitadas. Mas mesmo sem elas, os EUA vetaram o projeto do Brasil. O Itamaraty ou Lula não explicaram as abstenções. E assim terminou o mês de outubro, em que o Brasil foi o presidente temporário do Conselho.

O projeto brasileiro não teve uma boa acolhida na “rua árabe” e parte dos

meios progressistas, devido à redução “terrorista” do Hamas, sem nem condenar Israel. Se esperava mais de Lula. Sua declaração dias depois contra o genocídio melhorou um pouco o quadro.

Por fim, o Plenário da ONU, no dia 27, votou por grande maioria uma “trégua humanitária imediata” proposta pelos países árabes. Votaram contra Israel, os EUA, o Paraguai e outros menos relevantes. A Alemanha de Scholtz e a França de Macron, por exemplo, terem votado contra Biden é um jogo para a galeria. Afinal, só o voto no Conselho de Segurança, sujeito ao veto dos “5 grandes”, é que é mandatório (sanções etc.). O voto do Plenário tem o peso moral de uma ONU desmoralizada. Tanto é que dez dias depois o massacre continua!

[os dados da “sessão secreta” do CS, uma exigência dos EUA, foram checados no site da ONU news.un.org]

### A ONU e os povos

O massacre já dura um mês com a

ONU e os governos do mundo assistindo. A Bolívia rompeu suas relações diplomáticas com Israel, já a Colômbia, África do Sul, Chile e Honduras chamaram de volta seus embaixadores, uma reação que pode ser um passo para a ruptura.

Só a luta dos povos pressionando todos os governos do mundo, cada um de um modo, pode parar a guerra e ajudar a emancipação fraterna de árabes palestinos e judeus no território histórico da Palestina.

Lado a lado com a ininterrupta resistência na região, o boicote dos carregamentos de armas para Israel nos portos e aeroportos na Bélgica, portos de Gênova (Itália), Barcelona (Espanha), Oakland e Tacoma (EUA), juntamente com as manifestações de massa mundo afora, ajudam a parar o genocídio e preparam o futuro.

Na luta contra o imperialismo e o sionismo, todos os povos são palestinos!

Markus Sokol